

NOVA ATRIBUIÇÃO PARA FORÇAS ARMADAS

Projeto de lei que prevê cooperação das Forças Armadas com órgãos federais de segurança pública no combate ao crime organizado deve ser analisado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) na próxima quinta-feira.

EMBAIXADORES PARA PAQUISTÃO E ÁUSTRIA

Por unanimidade, a CRE aprovou a indicação dos diplomatas Fausto Martha Godoy e Celso Marcos Vieira de Souza para ocupar, respectivamente, as embaixadas do Brasil no Paquistão e na Áustria. Os nomes vão agora ao Plenário do Senado.

Comissão aprova o trânsito livre de pessoas no Mercosul

Acordo entre os membros do bloco, que ainda será votado pelo Plenário do Senado, prevê tratamento igual entre naturais do país e imigrantes que solicitarem residência permanente

Fotos: Célio Azevedo



CONSOLIDAÇÃO Acordo entre países membros foi apontado por senadores, na CRE, como importante para expansão do Mercosul

Cidadãos do Mercosul poderão escolher livremente o local para trabalhar, estudar ou viver entre os quatro países membros (Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai). Acordo nesse sentido foi aprovado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), ao acolher o Projeto de Decreto Legislativo 943/03. Para o morador de qualquer um dos países obter residência definitiva em outro, basta fazer o pedido junto ao respectivo órgão de imigração. O projeto ainda será votado pelo Plenário do Senado.

Páginas 3 e 4

CPIs

Parlamentares definem roteiro para diagnóstico da situação no campo

Audiência pública com o ouvidor agrário nacional, Gersino José da Silva, na próxima terça-feira, dá início efetivo aos trabalhos da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Terra. Ontem, essa CPI do Congresso, presidida pelo senador Alvaro Dias, aprovou o roteiro de atividades.

Página 6



AUDIÊNCIAS João Alfredo (E) e Alvaro Dias, relator e presidente da CPI da Terra, sugerem nomes a serem ouvidos nos próximos dias

Quebrado sigilo bancário de ex-presidente da Transbrasil

CPI Mista do Banestado pretende apurar informações sobre remessa ilegal de US\$ 35 milhões para o exterior.

Página 6

Heráclito cobra verbas federais para vítimas das enchentes

O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) registrou a realização da 7ª Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, com a presença de prefeitos de todo o



Heráclito: recursos para Nordeste são insuficientes

país, que na quarta-feira discutiram, no Senado, o tema "A Federação e o poder local como fatores de desenvolvimento social e econômico". Para Heráclito, dessa vez a marcha teve uma motivação

a mais: cobrar a ajuda prometida pelo governo federal aos municípios nordestinos atingidos pelas enchentes.

– Os prefeitos estão sem meios de atender à população, diante da falta de planejamento do governo e dos valores irrisórios liberados: pouco mais de 1 milhão de reais, no caso do Piauí – disse o senador.

Ainda segundo Heráclito, os prefeitos pedem a liberação de R\$ 500 milhões para estados nordestinos.

– O governo precisa estar atento para não acirrar velhos antagonismos entre Sul e Nordeste do Brasil. Está sendo difícil convencer os piauienses de que não há discriminação contra nosso estado – insistiu ele.

Heráclito também alertou para o atraso nas verbas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti).

– As crianças estão voltando ao trabalho porque as famílias deixaram de receber a renda extra do Peti – completou.

Melhora arrecadação das prefeituras, diz Ana Júlia

Senadora mostra dados da Confederação Nacional de Municípios que comprovam avanços

Fotos: Rosevelt Pinheiro



IMPOSTOS Para Ana Júlia, foram obtidos ganhos importantes com a reforma tributária

A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) afirmou da tribuna que os municípios tiveram grandes avanços no primeiro ano do governo Lula e isso é atestado de forma isenta por publicação da Confederação Nacional de Municípios (CNM).

Ana Júlia leu em Plenário parte da publicação, em que são relacionados 23 avanços que vão propiciar melhoria da

arrecadação das prefeituras. Só na reforma tributária, discutida e votada no ano passado, os municípios tiveram cinco ganhos importantes, salientou,

sendo um deles a total transferência do Imposto Territorial Rural (ITR) para as prefeituras.

A senadora observou que a publicação destaca ainda a transferência aos municípios de parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), incidente sobre combustíveis, e que até agora fica apenas com a União. Com a mudança, 25% serão repassados aos estados, sendo 6,25% aos municípios, tudo destinado à recuperação e construção de estradas.

– É claro que não se pode resolver tudo em apenas um ano de governo, mas foi um grande avanço, comparado com os dez anos anteriores – disse.

Tourinho destaca avanços no novo modelo elétrico do país

Graças ao esforço de todas as forças políticas com assento no Senado, registrou-se um aprimoramento do setor elétrico do país, possibilitando maior participação do Estado no planejamento energético, afirmou ontem o senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA).



Senado contribuiu de forma efetiva, observa Tourinho

Como relator da medida provisória que criou a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e tendo participado ativamente nas discussões sobre a reforma tributária, o senador manifestou sua opinião sobre a tramitação das duas matérias.

Tourinho recordou que ele e o senador Delcídio Amaral (PT-MS) conseguiram estabelecer uma agenda mínima com o setor privado. Da discussão resultaram apenas 15 emendas, enquanto na Câmara foram cerca de 766, disse. A agenda mínima do Senado, completou, abrangeu pontos como rentabilidade e equilíbrio financeiro, que tinham como objetivo garantir a atração de investimentos.

– A Câmara, de forma ágil, manteve praticamente todas as alterações propostas pelo Senado, acrescentando apenas uma emenda que foi objeto de destaque de minha autoria, possibilitando à Agência Nacional do Petróleo realizar estudos de prospecção de todos os combustíveis fósseis – frisou.

Reforma tributária

Já em relação à reforma tributária, Tourinho mostrou preocupação, por considerar que a tramitação está sofrendo atraso na Câmara. Na sua opinião, isso pode retardar o regulamento único do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Mas, observou, há dispositivos que podem ser concretizados de imediato, como a prorrogação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) e da Desvinculação de Receitas da União (DRU).

Em aparte, José Jorge (PFL-PE) criticou o novo modelo elétrico, mas reconheceu que o trabalho de Tourinho melhorou a proposta original do governo.

Agenda

Sessão não deliberativa às 9h

Os senadores participam hoje, a partir das 9h, de sessão não deliberativa. Os primeiros parlamentares inscritos para discursar na tribuna são Aelton Freitas (PL-MG) e Eduardo Azeredo (PSDB-MG). Na próxima semana, o Plenário retoma a discussão das propostas que trancam a pauta de votações.



Reformas previdenciária e do Judiciário em debate

As reformas da Previdência, aprovada no fim do ano passado, e do Judiciário, em discussão na Casa, estarão em debate na próxima segunda-feira, às 10h, na biblioteca do Senado. Participam da discussão o

senador Paulo Paim (PT-RS), os presidentes da Associação dos Magistrados Brasileiros, Cláudio Baldino Maciel, e da Associação de Juízes do RS, Carlos Rafael dos Santos Júnior, entre outros.

Obra de Mozart na TV

O programa *Quem Tem Medo de Música Clássica?*, exibido pela TV Senado neste sábado, às 18h, mostra a obra do compositor Wolfgang Amadeus Mozart, apresentada pela Saarland Radio Symphony Orchestra.

Mano Borges na Rádio Senado

A Rádio Senado veicula amanhã, às 20h, o programa *Escala Brasileira*, que entrevista o compositor Mano Borges. O artista participou do grupo Asa do Maranhão, e foi eleito o melhor compositor de 2002 pela imprensa local.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Silhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



QUALIDADE Demostenes lembra que produtor brasileiro utiliza modernas tecnologias

Demostenes critica barreira europeia contra folha de fumo

A importação de charutos cubanos sem tarifas é um sério problema para a agronegócio do fumo, mas não é o único, conforme disse ontem o senador Demostenes Torres (PFL-GO). Ele falou das barreiras impostas ao fumo pelo mercado europeu e a pesada carga tributária interna como entraves ao fortalecimento de um negócio que já chegou a gerar exportações de US\$ 1,6 bilhão, sendo US\$ 1 bilhão em folhas.

O Brasil é o segundo maior produtor mundial de fumo em folha, depois da China, e já à frente dos Estados Unidos e da Índia. São 295 mil hectares plantados, dos quais 245 mil somente nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Cultivando um produto considerado como de alta qualidade, cerca de 150 mil famílias utilizam a mais desenvolvida tecnologia do mundo.

Apesar desse estágio avançado e do grande potencial econômico, o fumo sofre com uma carga de tributos equivalente a 65,5%, segundo estimativa feita pela Associação Brasileira da Indústria do Fumo (Abifumo).

E a partir de 1997, passou a sofrer restrições na União Europeia, onde é taxado em até 26%, contra uma tarifa máxima de 9,1% de outros concorrentes.

O tratamento recebido pelo Brasil da União Europeia deve-se ao fato de o país ter-se tornado o maior exportador de fumo em folha do mundo.

Ele propôs que o problema possa ser resolvido por meio das negociações em curso entre o Mercosul e a União Europeia para o acordo de livre comércio ou por meio de um entendimento específico semelhante ao que se realizou nas vendas do café solúvel.

Migração entre países do Mercosul poderá ser livre

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional aprova projeto que facilita trânsito de habitantes

O trânsito de habitantes entre os quatro países membros do Mercosul (Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai) deverá tornar-se mais fácil. Projeto de decreto legislativo com esse objetivo foi aprovado ontem pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). Pelo texto, o morador de qualquer um dos países poderá obter residência definitiva em outro, bastando para isso fazer o pedido junto aos órgãos de imigração de cada Estado.

O PDL 943/03 ratifica um acordo assinado entre os ministros de relações exteriores dos quatro países, em 2002. Para entrar em vigor, ele terá que ser aprovado nos parlamentos nacionais. Depois de passar na CRE, a proposição será votada em Plenário.

Pelo texto do PDL, para conseguir o domicílio permanente, o imigrante terá que solicitar a residência no país onde deseja viver, que será concedida em caráter temporário por dois anos. Antes do término desse prazo, ele poderá pedir a residência definitiva. Para isso, o imigrante terá que apresentar alguns documentos, como certidões de antecedentes judiciais e policiais no país de origem ou em outros nos quais tenha residido.

O acordo assinado entre os membros do bloco prevê tratamento igual entre os naturais do país e os imigrantes que pedirem residência permanente. Os filhos destes poderão, por exemplo, matricular-se em escolas públicas. Além disso, os imigrantes poderão transferir livremente, do seu país de origem, as economias pessoais.

A CRE aprovou ainda os pareceres favoráveis ao texto do acordo sobre jurisdição em matéria de contrato de transportes internacionais de cargas no Mercosul (PDL 911/03) e ao

texto do protocolo de integração educativa e reconhecimento de certificados, títulos e estudos de nível fundamental e médio não-técnico entre os Estados membros do Mercosul, a Bolívia e o Chile (PDL 215/04).

Tunísia

Os senadores da CRE aprovaram também três relatórios do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) favoráveis a PDLs sobre acordos entre o Brasil e a Tunísia. O primeiro deles (PDL 348/04) estabelece a isenção parcial de vistos para cidadãos dos dois países, enquanto os demais prevêem cooperação técnica em diversas áreas e cooperação entre os institutos diplomáticos dos dois países (PDLs 349/04 e 350/04, respectivamente).

Pareceres sobre o acordo firmado entre o Brasil e a Turquia que trata de visto para titulares de passaportes comuns (PDL 944/03) e sobre as emendas ao Protocolo de Montreal referentes a substâncias que destroem a camada de ozônio (PDL 213/04) também foram aprovados pela CRE.

Vieira de Souza é aceito para embaixada na Áustria

Com 12 votos favoráveis e nenhum contrário, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem relatório do senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) favorável à indicação do diplomata Celso Marcos Vieira de Souza para chefiar a missão diplomática do Brasil na Áustria. Aprovado em votação secreta, o parecer da CRE vai instruir a decisão dos senadores em Plenário.

Mestrinho destacou que as trocas comerciais entre os dois países são desfavoráveis ao Brasil e pediu ao embaixador que aproveite o cargo na Áustria para ampliar a divulgação, tanto cultural quanto econômica, do Brasil naquele país. Localizada na região central da Europa, a Áustria está próxima dos países do Leste Europeu, que cada vez mais se inserem na comunidade europeia, observou o relator.

Ele reconheceu que as exportações do Brasil para a Áustria têm espaço para crescer, tendo em vista que a renda *per capita* austríaca é alta e a economia do país está entre as mais sólidas da Europa. Em comum, narrou Vieira de Souza, Brasil e Áustria têm ainda o posicionamento similar no que diz respeito à invasão ao Iraque, ou seja, contrário a ações unilaterais, e no combate ao protecionismo agrícola dos demais países da Europa Ocidental e da América do Norte.

No Brasil, a maior parte dos austríacos, disse Vieira de Souza, se instalou no Espírito Santo, Paraná e Santa Catarina e seus descendentes somam hoje cerca de 20 mil pessoas. Na Áustria, informou, são 1,5 mil brasileiros registrados no consulado e outros 1,5 mil devem estar no país irregularmente.

Em sua exposição, além das relações bilaterais, Vieira de Souza apontou que Viena, capital da Áustria, é sede de muitas organizações multilaterais ligadas ao sistema da Organização das Nações Unidas (ONU). Ele alertou os senadores para o fato de o Brasil estar em dívida com o fundo de cooperação técnica da Agência de Energia Atômica e com a Organização para o Desenvolvimento Industrial (Unido), o que faz com que o país perca o direito a voto nessas entidades.



DIPLOMACIA Os diplomatas Fausto Godoy e Vieira de Souza são ouvidos na CRE por Suplicy e Crivella

Comissão aprova Fausto Godoy para o Paquistão

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem parecer do senador João Capiberibe (PSB-AP) favorável à indicação de Fausto Martha Godoy para exercer o cargo de embaixador do Brasil no Paquistão. Fausto Godoy teve o nome aprovado por unanimidade e recebeu 12 votos favoráveis. A indicação será agora examinada pelo Plenário do Senado.

Godoy foi sabatinado pelos senadores em sessão secreta. Ele afirmou que a indicação

para ocupar o cargo no Paquistão representa um trabalho difícil, porém estimulante. "É o coroamento de um projeto de carreira", disse o embaixador que já atuou em países da Europa, na Argentina, Índia, Estados Unidos, China e Japão. Ele destacou que o Paquistão é um país com configuração política complexa e que hoje é um dos berços do fundamentalismo islâmico.

Sobre as relações internacionais, o embaixador ressaltou a questão nuclear, ameaça que

permeia as relações entre Paquistão e Índia. Com o Brasil, o Paquistão tem relações "corretas" que refletem o distanciamento que ambos enfrentam. "Se olharmos o tamanho do Brasil e do Paquistão, veremos que as trocas comerciais são muito reduzidas", informou. O embaixador acredita que uma aproximação comercial com o Paquistão pode ser benéfica para os dois países. Um dos campos mais promissores, apontou o embaixador, é o comércio de açúcar.

Tuma cobra plano de carreira para militares

■ Senador apela ao Executivo e ao Congresso para que seja votada MP de 2001, reeditada dez vezes

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) apelou, ontem, ao governo e ao Congresso Nacional para que seja discutida e votada medida provisória (MP), datada de 2001, que trata do plano de carreira dos militares. Ele argumentou que a MP teve dez

reedições e nem sequer foi debatida pelos parlamentares.

– Tenho recebido dezenas de e-mails, cartas e fax de militares em estado de quase desespero, em angústia profunda, com salários e soldos defasados, e por isso lanço esse apelo – disse o parlamentar em defesa da votação da MP 2.215-10, de 2001.

O senador também elogiou o governo pela decisão de ampliar o projeto Calha Norte, que abrange atualmente 74 municípios, sendo 7,4 mil quilôme-

tros na faixa de fronteira amazônica, e quatro estados – Roraima, Amazonas, Amapá e Pará. A área é habitada por 2,7 milhões de brasileiros e sua extensão atinge 17% do território nacional. O governo federal anunciou a intenção de ampliar o projeto para 151 municípios, com 11 mil quilômetros de fronteiras.

O Calha Norte foi criado em 1985, a fim de aumentar a presença do poder público na região, cuidar da segurança da fronteira norte do país e pres-

tar melhor assistência à população local. Até o ano passado, foram gastos US\$ 192 milhões no projeto. Esse dinheiro, de acordo com Tuma, possibilitou a realização de diversos empreendimentos, como o Porto de Camanaus, em São Gabriel da Cachoeira (AM), uma central hidrelétrica em Pari-Cachoeira (AM), a manutenção de aeroportos e pistas de pouso na fronteira com a Colômbia e a Venezuela, e as BRs-156 e 307, além de centros de saúde e centenas de salas de aula.



Roosevelt Pinheiro

PREOCUPAÇÃO Tuma cita correspondência de militares angustiados com seus salários



Célio Azevedo

SOLUÇÃO Projeto já aprovado pela CCJ deve ser votado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (foto) na próxima quinta-feira

Proposta de Tourinho permite acesso a carta de preso

O senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) defendeu projeto de lei de sua autoria que prevê a interceptação de correspondência de presos condenados ou provisórios, para fins de investigação criminal ou de instrução processual penal.

A legislação já prevê que o direito do preso ao contato com o mundo exterior por meio de correspondência escrita pode ser suspenso ou restringido, como esclareceu Tourinho. Contudo, informou o senador, o projeto “introduz uma menção explícita à possibilidade de interceptação e análise da correspondência dos presos para fins de investigação, resguardado, naturalmente, o sigilo do conteúdo”.

– Insisto nisso porque é importante que não se veja aqui uma tentativa de suspensão da garantia constitucional do sigilo da correspondência – disse.

Para o senador, trata-se apenas de aperfeiçoamento de uma norma infraconstitucional no sentido de regulamentar a comunicação dos presos, diante dos abusos cometidos.

Segundo Tourinho, o Supremo Tribunal Federal (STF) entende que a administração penitenciária, com fundamento em razões de segurança pública, de disciplina prisional ou de preservação da ordem jurídica, pode, excepcionalmente, interceptar correspondência remetida por sentenciados.

O senador lembrou que “o país já viu chefes de organizações criminosas poderosas manterem seu mando mesmo atrás das grades”.

Senado apressa exame de mais funções às Forças Armadas

O presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), senador Eduardo Suplicy (PT-SP), anunciou na reunião de ontem que o colegiado vai analisar na próxima quinta-feira o projeto de lei que permite o emprego das Forças Armadas, mediante cooperação com os órgãos federais de segurança pública, no combate ao crime organizado.

De autoria do senador César Borges (PFL-BA), a proposta (PLS 221/03) recebeu na quarta-feira parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), nos termos de relatório de Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA). O texto resultou de negociações entre o relator, a liderança do governo no Senado e autoridades do Ministério da Defesa.

Diferentemente do que noticiaram a Agência Senado e o **Jornal do Senado**, o último relatório apresentado por Antonio Carlos não incluiu entre as novas atribuições para o Exército a autorização e fiscalização da “produção, exportação, im-

portação, o desembaraço alfândegário e o comércio de armas de fogo e demais produtos controlados, inclusive o registro e o porte de trânsito de arma de fogo de colecionadores, atiradores e caçadores”, segundo informa o item 5 do quadro publicado na página 4 da edição de ontem deste jornal.

Caso a pauta do Senado seja desbloqueada, a Comissão de Relações Exteriores também deve votar na próxima reunião o PLS 189/03, de autoria de Suplicy, que define os objetivos, métodos e modalidades da participação do governo brasileiro em negociações comerciais multilaterais ou bilaterais. O relator, Marcelo Crivella (PL-RJ), é favorável à matéria.

A previsão de audiência pública com o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, na Comissão de Assuntos Econômicos, às 10h do mesmo dia, levou Eduardo Suplicy a marcar a reunião de quinta-feira da CRE para as 9h, a fim de que os seus integrantes possam participar da audiência.

ACM defende desde 1995 ação das três Armas contra crime organizado

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) destacou ontem, em discurso no Plenário, o projeto de lei de iniciativa do senador César Borges (PFL-BA) que acrescenta novas funções às Forças Armadas, para que possam atuar em cooperação com órgãos federais de segurança pública, no combate ao crime organizado no país.

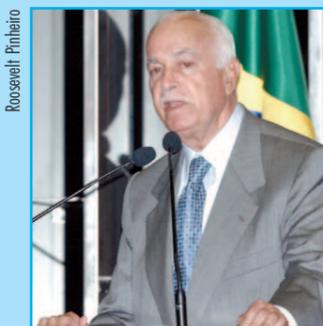
Antonio Carlos lembrou que em 1995 já defendia o emprego subsidiário das Forças Armadas no combate à criminalidade. “O governo tem a obrigação de usar os militares para garantir a ordem e a segurança nacional”, disse à época. Ele retornou ao tema em 2000 diante do surto de violência que tomou conta do país.

– Quando há um trabalho coordenado das forças de segurança, os resultados são visíveis e a sociedade se sente mais protegida – afirmou.

Conforme destacou, as Forças Armadas dispõem de quadros bem treinados, com formação nas

áreas de logística e de inteligência. O parlamentar assinalou que a grandeza das três Armas “está intimamente ligada ao sentido de disciplina”.

– Pensar, como alguns poucos, que elas vão se prostituir, corromper, ao ingressarem no combate ao crime, em especial ao crime organizado, é maldizer não apenas as Forças Armadas, mas o próprio país e suas instituições – concluiu Antonio Carlos.



Roosevelt Pinheiro

EFICIÊNCIA Antonio Carlos: Forças Armadas dispõem de quadros bem treinados



INTOLERÂNCIA Experiências do governo anterior são relegadas, diz Lúcia Vânia

Programas sociais sofrem retrocesso, afirma Lúcia Vânia

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) conclamou o governo a adotar políticas sociais de compensação à política econômica. Para ela, as altas taxas de juros e os cortes orçamentários são responsáveis pela retração dos programas sociais nos primeiros 15 meses do governo Luiz Inácio Lula da Silva.

– Essa área, que prometia ser prioridade do atual governo, tem sido

alvo de retrocessos – afirmou, destacando haver uma “intolerância” da gestão petista em relação a iniciativas sociais herdadas do governo anterior, recusando a experiência consolidada em cerca de dez anos.

– Apenas a intolerância explica que essa herança esteja ameaçada de ser desconsiderada – disse.

Lúcia Vânia manifestou preocupação com o corte de R\$ 297 milhões

no orçamento do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), deslocados para o Bolsa-Família.

Segundo a senadora, o governo federal ainda não repassou um centavo dos recursos previstos para 2004 a nenhum dos 2.206 municípios atendidos pelo Peti.

Em aparte, o senador Cristovam Buarque (PT-DF) disse também estar preocupado com as informações

de atraso nos repasses do Peti destacadas por Lúcia Vânia e prometeu levar o relato das dificuldades às instâncias mais altas do governo.

Também em aparte, Leonel Pavan (PSDB-SC) lamentou a falta de sensibilidade do governo federal em relação aos problemas específicos dos municípios, em especial os programas sociais, que deveriam ser “a marca de um governo do PT”.

José Jorge: Dirceu ganhou Troféu Berzoini de Crueldade

O senador José Jorge (PFL-PE) comunicou ao Plenário que o ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, é o novo vencedor do Troféu Berzoini de Crueldade, promovido pelo PFL, em votação pela Internet. Nos últimos 45 dias, 48 mil pessoas votaram, dando ao ministro da Casa Civil 53,3% da votação, “por ser tirano e cruel no exercício do poder”.

– Exemplo notável de seu estilo foi a demissão de Cristovam Buarque do Ministério da Educação – disse José Jorge, informando que o PFL, partido de oposição ao governo, criou o troféu como um “antiprêmio” para denunciar e condenar ações de membros do governo Luiz Inácio Lula da Silva que suscitem “desprezo pelo cidadão e pela condição humana”.

O segundo lugar dessa votação, continuou o senador, coube ao ministro do Planejamento, Guido Mantega, “por impor ao país uma nova operação gafanhoto, ao criar 2.797 cargos de livre nomeação do PT, megatrem da alegria que custará R\$ 58 milhões ao contribuinte e vai drenar, diretamente da folha de pessoal da União, a bolada de R\$ 17 milhões para o caixa de campanha do PT”.

A terceira classificação foi para o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, “por afirmar que a carga tributária não subiu”.



DENÚNCIA PFL criou “antiprêmio” para condenar desprezo ao cidadão, explica José Jorge

César Borges critica “lucros estrondosos” dos bancos

■ Para o senador, nada justifica os altos juros dos empréstimos às empresas, que limitam os investimentos

Num discurso veemente, o senador César Borges (PFL-BA) lançou dúvidas se realmente os bancos que operam no Brasil estão competindo entre si, por causa das altas taxas de juros e de seus “lucros estrondosos”. Para ele, nada justifica os bancos cobrarem em média 65% ao ano nos empréstimos para empresas, lembrando que os juros pagos pelo governo em títulos públicos estão em 16,25% ao ano (sem descontar a inflação).

Para tentar reduzir a diferença entre o percentual de captação dos bancos junto aos aplicadores e a taxa que eles cobram em seus empréstimos (diferença chamada de *spread*), o senador apresentou projeto



PROPOSTA César Borges quer que Banco Central adote política de redução do *spread* bancário

que obriga o Banco Central a adotar políticas de redução desse *spread*. “Temos metas fiscais e metas para inflação. Por que não para o *spread* bancário?”, questionou.

– Vão gritar logo dizendo que estou propondo intervenção no setor financeiro, mas é preciso dar mais transparência à

questão do *spread*, certamente um dos maiores entraves à ampliação do investimento produtivo do país – sustentou.

César Borges lembrou que as despesas financeiras das empresas brasileiras passaram de 3,5% de suas receitas em 1998 para 35,1% no ano passado. Já o lucro de 19 bancos chegou a R\$ 14 bilhões no ano passado. Ele usou números do Banco Central para mostrar que 37,5% do *spread* bancário representam o lucro dos bancos.

– Como é possível uma empresa sobreviver comprometendo quase um terço de suas receitas com despesas financeiras? E ainda vem o ministro do Planejamento, Guido Mantega, pedir mais ousadia ao setor privado para investir – desabafou César Borges. De acordo com o parlamentar, quem precisa agora ter ousadia é o governo ao fixar a taxa básica de juros e para reduzir a carga tributária do país.

João Tenório cobra medidas de combate a desequilíbrios regionais

O senador João Tenório (PSDB-AL) cobrou ontem do governo medidas destinadas a combater os desequilíbrios regionais, que, a seu ver, estão criando “estados agonizantes” e “zonas de exclusão e miséria”, e gerando ondas migratórias que mostram que o Brasil “está afunilando na desesperança”. O senador fez o apelo ao comentar notícia de que apenas quatro dos 28 brasileiros residentes no Haiti optaram por deixar “um país em chamas” para retornar ao seu próprio país.

O que motivou tal decisão, na avaliação do senador, foi a situação que essas pessoas viviam no Brasil. Ele fez uma aná-



EXCLUSÃO E MISÉRIA País está “afunilando na desesperança”, alerta João Tenório

lise do contexto do país, que apresentou queda no Produto Interno Bruto, no ano passado, e que a cada ano tem mais 1,7 milhão de desempregados. Embora reconhecendo que o

problema é anterior ao atual governo, chamou a atenção para a responsabilidade dos governantes na busca de solução.

João Tenório cobrou do governo “mudanças de rumo e ações pontuais e factíveis”, como a redução das taxas de juros, a desburocratização das pequenas e médias empresas, alívio tributário e mecanismos que levem à redução dos desequilíbrios regionais.

– Devemos deixar de lado as querelas menores e os radicalismos, e lutar por um país desenvolvido, capaz de usufruir de seu potencial, o que jamais será possível com crescimento zero – afirmou o senador.



CRÍTICA Para Alvaro Dias, governo tem discurso pobre na forma e medíocre no conteúdo

Alvaro rebate declarações do governo sobre a oposição

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) criticou ontem as recentes declarações do presidente Lula e do ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, sobre a oposição.

– Mais incompetente do que a gestão administrativa do atual governo é o seu discurso. Não pela pobreza da forma, mas pela mediocridade do conteúdo – comentou.

Para o senador, Lula cometeu injustiça ao dizer, na quarta-feira, que a oposição torce para o governo dar errado. Alvaro lembrou que o uso do cachimbo faz a boca torta. “Como não governa, o presidente Lula faz oposição à oposição”, afirmou.

Ele ainda assinalou que, se a oposição fosse oportunista, poderia incompatibilizar o governo com a sociedade brasileira, mas, ao contrário, dividiu o ônus da aprovação das reformas tributária e previdenciária.

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) disse, em aparte, que há consenso no Senado de que o país não retomará o crescimento se não reduzir a taxa de juros. Leonel Pavan (PSDB-SC) afirmou ter a sensação de que “as coisas estão desandando”. Eduardo Suplicy (PT-SP), por sua vez, ressaltou acordo de cooperação entre Brasil e Argentina para persuadir o FMI a considerar como investimentos os gastos com infra-estrutura.

CPI da Terra abre trabalhos debatendo com ouvidor

■ Comissão aprova roteiro de atividades que prevê também convite a João Pedro Stédile, líder do MST

O ouvidor agrário nacional, desembargador Gersino José da Silva, cujas atividades estão ligadas ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), será o primeiro convidado a participar de audiência pública da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Terra, marcada para as 11h da próxima terça-feira. A CPI, instalada em dezembro do ano passado para realizar amplo

diagnóstico da situação da terra no meio rural e urbano, aprovou ontem seu roteiro de trabalho.

De acordo com o presidente da comissão, senador Alvaro Dias (PSDB-PR), na próxima reunião deverá ser aprovado convite para que João Pedro Stédile, líder do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), participe da audiência pública. Representantes dos proprietários rurais, do governo, do Judiciário e dos demais movimentos sociais também deverão ser ouvidos.

O roteiro de atividades da CPI foi proposto pelo relator, deputado João Alfredo (PT-CE), e inclui a realização de 11 audiências

públicas distribuídas pelos seguintes temas: levantamento de conflitos, estrutura fundiária brasileira, planos e ações do governo federal, entidades patronais e movimentos sociais de trabalhadores rurais.

Na reunião de ontem, os integrantes da comissão aprovaram, em bloco, requerimentos indicando participantes para as próximas audiências públicas, mas a confirmação dos que serão de fato convidados acontecerá a cada reunião da CPI, segundo explicou Alvaro Dias, e, para isso, deverão ser consideradas a distribuição temática proposta pelo relator para as audiências e a relevância dos fatos que surgirem.



RECONHECIMENTO Aloizio Mercadante (E) destaca colaboração do ministro Nelson Jobim a proposta de mudanças no Judiciário

Mercadante discute com Jobim reforma da Justiça

O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), reuniu-se na tarde de ontem com o ministro Nelson Jobim, futuro presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), para discutir a proposta de reforma do Judiciário, cujo texto-base foi aprovado um dia antes pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O líder do governo estima que, no começo de abril, o Plenário votará essa reforma.

Entre as principais mudanças que a iniciativa propicia destacam-se: o controle externo, que permitirá à sociedade fiscalizar a ação dos juízes; a súmula vinculante, destinada a reduzir a quantidade de julgamentos de processos da mesma natureza; autonomia para a defensoria pública; a federalização dos crimes contra os direitos humanos; e a quarentena para o juiz

– a fixação do prazo de três anos sem poder advogar no fórum onde o magistrado trabalhou.

Mercadante disse que o ministro teve valiosa participação na construção da reforma.

Segundo o senador, na próxima semana, a CCJ votará os destaques pendentes de exame, deixando a matéria pronta para ser deliberada em Plenário. Sobre as 14 medidas provisórias que bloqueiam a pauta, ele lastimou que, enquanto a Câmara se detém 45 dias para decidir sobre esse textos, no momento em que chegam ao Senado, trancam imediatamente a pauta.

O líder considerou sensato rediscutir a forma como tramitam as MPs, permitindo que as medidas comecem a ser analisadas também pelo Senado, ou que se estipule um prazo maior para sua votação.

Célio Azevedo



AUDIÊNCIAS João Alfredo (E) propôs roteiro de atividades para comissão presidida por Alvaro Dias

Quebrado sigilo de ex-presidente da Transbrasil

Márcia Kolme

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Banestado, que investiga a evasão de divisas por meio de contas CC-5, confirmou ontem a reconvocação de Gustavo Franco, ex-presidente do Banco Central (BC) e a quebra do sigilo bancário de Antonio Celso Cipriani, ex-presidente da empresa aérea Transbrasil.

A reconvocação de Franco foi pedida pelo relator da CPI, deputado José Mentor (PT-SP). A quebra do sigilo de Cipriani foi pedida pelo presidente do colegiado, senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT).

– Ele remeteu irregularmente cerca de 35 milhões de dóla-



CONTRA A EVASÃO Antero Paes de Barros (D) preside os trabalhos da CPI, que tem como relator o deputado José Mentor

res para o exterior, utilizando doleiros e outros esquemas ilegais. Cipriani figura entre os clientes da Beacon Hill, uma empresa já fechada pelo governo dos Estados Unidos por negócios ilegais, e usou também contas CC-5 no Banestado em Foz do Iguaçu – disse Antero.

Segundo o relator, a CPI do Banestado vem descobrindo novas formas de evasão de divisas. José Mentor disse que a aplicação de US\$ 840 milhões de reservas brasileiras no Banco Bilbao Vizcaya (BBV), feitas na gestão de Gustavo Franco, teria trazido prejuízos ao país.

Pavan quer mais celulares no interior

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) protestou ontem contra o que classificou como “discriminação” a que estariam sendo submetidos milhões de habitantes de cidades do interior: o não acesso aos telefones celulares. Segundo ele, as prestadoras do serviço de telefonia móvel não são obrigadas a instalar equipamentos que permitam o funcionamento de telefones móveis em todas as cidades brasileiras.

Como exemplo, Pavan citou o caso de Santa Catarina, onde os contratos de concessão limitaram-se a exigir que, ao final de cinco anos, o serviço estivesse disponível e a operação re-



COBRANÇA Pavan espera que serviço de telefonia móvel esteja disponível para todos

gularizada em cerca de 30 dos 300 municípios do estado.

Pavan sugeriu tornar obrigatória a universalização do serviço, por meio de lei, ou que a matéria seja levada à consideração da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

Márcia Kolme

Roosevelt Pinheiro



EXPORTAÇÕES Agripino relata preocupação de criadores de aves com regras do imposto

Agripino defende rediscussão da Cofins

O líder do PFL no Senado, José Agripino (RN), voltou a cobrar do governo a reabertura da discussão sobre a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins). As novas regras do tributo foram aprovadas no ano passado, sem o apoio da oposição, mas com o compromisso do governo de que o assunto voltaria a ser discutido, alegou o líder pefelista. De acordo com Agripino, a Cofins deixou de ser cumulativa nas cadeias produtivas longas, mas sofreu majoração ao ser aplicada a alguns setores.

Ele citou notícias de que as mudanças provocaram o aumento no preço de insumos agrícolas. O senador falou sobre as preocupações da Associação de Criadores do Rio Grande do Norte, que alertam para a possibilidade de diminuição das exportações brasileiras de aves.

A senadora Ana Júlia Carepa (PT-AC) defendeu a cobrança da Cofins sobre as importações com o argumento de que existem produtos similares no Brasil. Agripino discordou afirmando que faltam alguns insumos químicos no país.

Senado terá economia com diários oficiais

Já está disponível na rede interna de computadores para os gabinetes e unidades administrativas o acesso ao *Diário Oficial da União* e ao *Diário da Justiça*. A substituição das assinaturas desses impressos resultará em economia anual de R\$ 300 mil, conforme o diretor-geral do Senado, Agaciel Maia.

Investigações sobre transgênicos começam pelo Rio Grande do Sul

CPI vai apurar plantio ilegal e contrabando de soja modificada em todo o país. Número de depoentes chega a 20

Em sua primeira reunião do ano, a comissão parlamentar de inquérito (CPI) do Senado destinada a apurar o contrabando e o plantio ilegal de soja transgênica em todo o país decidiu convocar os três primeiros depoentes e solicitar informações a diversos órgãos federais, para tentar identificar mais rapidamente como as sementes de organismos geneticamente modificados entraram no Brasil e foram plantadas, inicialmente no Rio Grande do Sul. A reunião será realizada na próxima semana.

Possivelmente na próxima quarta-feira – a data ainda será confirmada pelo presidente da CPI, senador João Capiberibe (PSB-AP) –, a comissão deverá



ESTRATÉGIA Quintanilha, ao lado de Capiberibe, sugere que a CPI tome o depoimento de pelo menos três convidados a cada reunião

ouvir o ex-secretário de Agricultura do Rio Grande do Sul no período entre 1999 a 2002, José Hermeto Hoffman; o assessor para área de política agrícola e agrária da bancada do PT na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, Vicente Marques; e o ex-presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) Luís Antônio Barreto de Castro.

Outros 17 depoimentos serão tomados pela comissão de in-

quérito, conforme agenda de trabalhos também aprovada na reunião de ontem.

A comissão – conhecida por CPI dos Transgênicos – tem até o dia 15 de dezembro deste ano para apresentar suas conclusões. Para dar mais eficiência aos trabalhos, o relator da comissão, senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO), sugeriu que sejam ouvidos pelo menos três convidados a cada reunião. O senador disse que o foco dos

trabalhos da comissão é apurar a possível prática de três ilícitos no Rio Grande do Sul em relação à soja transgênica: ingresso ilegal de produtos geneticamente modificados, plantio de produto proibido e violação dos direitos de propriedade intelectual.

A CPI dos Transgênicos foi instalada em novembro passado, após apresentação de requerimento com 38 assinaturas pelo senador Capiberibe. Ele considera importante que as investigações comecem pelas autoridades do Rio Grande do Sul, a partir de 1996, quando se supõe que começaram as importações ilegais de sementes.

Diligências preliminares estão previstas no estado gaúcho, para identificar junto aos produtores quando as sementes transgênicas foram adquiridas, os responsáveis pela compra, qual país efetuou a venda, em que ano foi iniciado o plantio e se houve permissão para a importação.

Mozarildo: biossegurança merece novas audiências

O senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) defendeu a realização de audiências públicas visando esclarecer os senadores com vistas à votação da Lei de Biossegurança. Ele apresentou a proposta por entender que será necessário modificar dispositivo do projeto aprovado na Câmara dos Deputados que proíbe a realização das pesquisas com células-tronco embrionárias, provenientes de embriões existentes em clínicas de fertilização, permitindo o estudo apenas a partir de placentas ou cordões umbilicais.

– Não é possível aceitar que a ciência se submeta aos ditames do preconceito e da desinformação, por isso proponho a realização de audiências públicas para auxiliar os senadores na procura de um ponto de equilíbrio entre ciência e ética – assinalou.

Mozarildo disse que “é fato notório” que, periodicamente, milhares de embriões são descartados em clínicas de fertilização *in vitro*, observando que, se o projeto for aprovado como está, “haverá uma situação



MUDANÇAS Mozarildo defende pesquisas com células-tronco embrionárias para salvar vidas

surreal”: os embriões podem ser destruídos, mas não podem ser utilizados em pesquisas de células-tronco, com o objetivo de descobrir a cura de doenças e salvar vidas.

O senador explicou que esse tipo de agrupamento de células é indiferenciado, possuindo, portanto, o potencial de reconstituir órgãos e tecidos danificados. A proibição radical de pesquisas com as células-tronco embrionárias fará com que o Brasil fique fora dos avanços científicos nesse setor.

Aelton pede legislação para biotecnologia

O senador Aelton Freitas (PL-MG) disse ontem que é urgente o estabelecimento de uma legislação na área de biotecnologia. Citando reportagem publicada recentemente pelo jornal *Folha de S. Paulo*, o parlamentar mineiro argumentou que a ausência de amparo legal tem paralisado experiências de ponta relacionadas aos alimentos transgênicos a cargo da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

Aelton referiu-se mais especificamente às experiências de campo utilizadas para testar os produtos transgênicos e verificar o acerto ou erro dos estudos teóricos e de laboratório. A lei ambiental em vigor impede esse trabalho.

O senador estimou em dez anos o tempo de atraso dos projetos que utilizam a transgenia para o combate de pragas no plantio de café, banana, feijão, mamão e soja, entre outros.

Na opinião de Aelton, a defesa do meio ambiente é da maior importância, mas não pode justificar o atraso tecnológico



IMPEDIMENTO Aelton afirma que experiências de ponta com transgênicos estão paradas

num setor que responde por 33% da economia brasileira.

A convivência entre produtos transgênicos e produtos orgânicos é perfeitamente possível, no entender do parlamentar do PL, seja do ponto de vista ambiental, seja do ponto de vista mercadológico, cabendo ao consumidor optar por um ou por outro, segundo suas preferências ou conveniências. Os produtos transgênicos, observou Aelton Freitas, são mais baratos, além de não causarem danos à saúde.

Paim anuncia que UnB terá cota para negros

Senador afirma que pela primeira vez uma universidade federal estabelece o sistema em seu vestibular

O vice-presidente do Senado, Paulo Paim (PT-RS), informou ter participado ontem da solenidade de divulgação do edital do novo vestibular de 2004 da Universidade de Brasília (UnB), o primeiro em uma instituição federal que adotará o sistema de cotas de vagas para negros.

– Foi um momento histórico, vivido com emoção por professores, parlamentares, alunos e representantes do governo.

Ele lembrou que quatro universidades estaduais já adotam



RECONHECIMENTO Paulo Paim diz que exemplo será seguido logo por outras instituições

cotas e avaliou que o exemplo da UnB logo será seguido por outras universidades federais.

Paim citou a novela *Da Cor do Pecado* – da Rede Globo –, a primeira com personagens centrais negros, o que, a seu ver, tem garantido “enorme sucesso no horário”.

O parlamentar elogiou também o senador José Sarney (PMDB-AP), por ter conseguido aprovar projeto estabelecendo cotas, como forma de corrigir desigualdades raciais.

– No caso da UnB, a instituição não precisou de legislação, como ocorreu com as estaduais, para adotar uma reserva de 20% das vagas no vestibular para negros – observou.

Paim foi apoiado por Cristovam Buarque (PT-DF), Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), João Capiberibe (PSB-AP) e Ramez Tebet (PMDB-MS).

Garibaldi apóia parceria público-privada

O senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) conclamou os senadores a votarem com rapidez o projeto que cria regras para a parceria público-privada, aprovado pela Câmara na última quarta-feira. O projeto faculta à iniciativa privada participação efetiva nos esforços estatais de multiplicar bens e serviços públicos.

Ele afirmou já ser consenso que “o Estado não dispõe de capacidade financeira para investir em todas as frentes reclamadas pelo processo de desenvolvimento nacional”. Portan-

to, a parceria é uma tentativa de multiplicar bens e serviços para satisfazer o interesse público, argumentou.

Garibaldi alertou, porém, para o fato de que nenhuma parceria se firmará se não representar uma sólida aliança entre o poder público e empresas privadas.

– Esse novo modelo de estrutura econômica e controle social resultará numa sociedade mais aberta ou fechada, dependendo da extensão da sua aplicabilidade futura. Por isso, não pode ser obra apenas do Poder



INICIATIVA Garibaldi ressalta a importância do mecanismo para atendimento da sociedade

Executivo, mas de todas as instituições modeladoras da Nação – concluiu.

Fátima Cleide ataca governador de Rondônia

O governador de Rondônia, Ivo Cassol (PSDB), está sabotando as ações do governo federal no estado com o intuito de desviar a atenção da sociedade para os erros e irregularidades de sua própria gestão, afirmou ontem a senadora Fátima Cleide (PT-RO). Ela citou como exemplo “a ameaça feita por Cassol de baixar decreto extinguindo todas as reservas estaduais em represália à fiscalização desenvolvida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama)”.

– Por que o estado, na figura do governador, parte para a



DENÚNCIA Fátima Cleide afirma que Ivo Cassol sabota ações do governo federal

desqualificação do Ibama, instituição que, em tempo recorde, vistoriou mais de 50 madeireiras, num só município, e desbaratou quadrilha poderosa que vinha sugando os cofres

públicos e roubando nossos ativos ambientais? – questionou Fátima Cleide, com o apoio da senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) e do senador Tião Viana (PT-AC).

Fátima Cleide destacou matéria em que o jornal *Folha de S. Paulo* denuncia superfaturamento e ausência de licitação no fornecimento de refeições aos hospitais públicos do estado. A senadora elogiou a atuação do governo federal em Rondônia, nos setores de energia, agricultura familiar e assentamentos rurais, “levando em conta o desenvolvimento sustentável”.

Azeredo aplaude liberação de verba para aeroporto

O anúncio da liberação, pelo governo federal, de R\$ 150 milhões para melhorar o acesso rodoviário ao Aeroporto de Confins, em Minas Gerais, foi aplaudido, em Plenário, pelo senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG).

– Sou um senador de oposição, mas não me importo de aplaudir uma medida que considero acertada e justa do governo federal. Espero que os recursos anunciados sejam realmente liberados, não ficando apenas na promessa. Podem ter a certeza de que cobrarei a concretização da proposta – afirmou.

Azeredo disse que o aeroporto de Confins é mais seguro e confortável do que o de Pampulha, mas as empresas aéreas não conseguem atrair o passageiro, que hoje prefere viajar por Pampulha, que dista oito quilômetros da cidade, a encarar os 40 quilômetros de distância de Confins, numa estrada precária.

O senador informou, citando matéria publicada no jornal *Estado de Minas*, que o governo federal assinará convênio de R\$ 300 milhões com o governo do estado e com a Prefeitura de Belo Horizonte para financiar, em partes iguais, a duplicação de parte da Rodovia MG-010, e melhorias do sistema de tráfego das avenidas Cristiano Ma-



VANTAGEM Dinheiro vai facilitar acesso ao aeroporto de Confins, informa Eduardo Azeredo

chado e Antônio Carlos.

De acordo com Azeredo, no ano passado, Pampulha recebeu 2,9 milhões de passageiros, enquanto Confins, apenas 365 mil. Ele observou que os passageiros reclamam da falta de conforto e do estresse para o embarque em Pampulha. Mas, salientou, na hora de comprar a passagem o que pesa mais é a facilidade de acesso. O senador ressaltou que é preciso mudar essa situação, porque o aeroporto da Pampulha não comporta tanto movimento.

Com os investimentos prometidos, será possível assegurar que Pampulha seja usado apenas como ponte-aérea Belo Horizonte-São Paulo-Rio de Janeiro, com os demais vôos sendo remanejados para Confins, concluiu.

MPs que bloqueiam a pauta devem ser votadas na terça

Por falta de acordo entre os líderes partidários, o Plenário não pôde votar ontem seis medidas provisórias (MPs) que, editadas pelo presidente da República há mais de 45 dias, estão trancando toda a pauta de votações. O presidente do Senado, José Sarney, informou que as MPs constarão da próxima sessão deliberativa, na terça-feira.

O primeiro item a ser necessariamente votado é a Medida Provisória 148/03, que atribui competências à Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e fixa as diretrizes a serem observadas na definição de normas para a implantação de programas de incentivo à adaptação de contratos de planos de

saúde anteriores à Lei 9.656, de 3 de junho de 1998.

As outras medidas provisórias autorizam o governo federal a doar à Bolívia vacinas contra a febre aftosa (MP 149/03); alteram a lei que instituiu o Programa de Arrendamento Residencial (MP 150/03 – que está recebendo modificações para se transformar em um projeto de lei de conversão); criam o Instituto Nacional do Semi-Árido (MP 151/03 – que também será modificada); alteram o artigo 47 da Lei 9.636/98, que trata de regularização e venda de imóveis da União (MP 152/03); e instituem a taxa de avaliação *in loco* das instituições de educação superior (MP 153/03).